

# Lei Orgânica do Município de Aurilândia

Lei nº 556, de 03 de abril de 1990.

# Lei orgânica

do Município de Aurilândia

**Lei nº 556, de 03 de abril de 1990.**

## Preâmbulo

Em nome do povo Aurilandense, nós vereadores, investidos no poder que nos foi conferido por vós, fieis as nossas consciências e aos anseios do nosso povo, buscando respeitar a dignidade da pessoa humana, sob a proteção d Deus, aprovamos e promulgamos a presente **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE AURILÂNDIA – GO.**

### TITULO I

#### Da organização geral do município

### CAPITULO I

#### Da administração político – administrativa

### SECÇÃO I

#### Disposições preliminares

**Art. 1º** - o município de Aurilândia é uma unidade de território do estado de Goiás e integrante da organização político – administrativa e financeira e reger – se – á pelas Constituições Federal e estadual e por esta lei orgânica.

§ 1º A sede do município dá – lhe o nome e tem a categoria de cidade.

§ 2º São símbolos do município a Bandeira e o Hino, que representam a sua cultura e a sua historia.

§ 3º O dia 8 de outubro é a data magna municipal.

**Art. 2º** - São poderes do município, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, exercido pela Câmara Municipal e o executivo, exercido pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo único:** ressalvadas as exceções previstas nesta lei, é vedado, a qualquer dos poderes delegarem atribuições; quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

**Art. 3º** - é terminantemente proibido ao município:

- I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles os seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse publico;
- II - Recusar fé aos documentos públicos;
- III - Criar distinções ou preferências entre brasileiros;
- IV - Criar ou consentir que se use, qualquer de seus bens ou serviços, inclusive da administração indireta ou funcional sob o seu controle, para fim estranhos a administração;
- V - Doar bens imóveis de seu patrimônio, ou constituir sobre eles ônus real, ou conceder isenções fiscais ou remissões de dividas fora dos casos de manifesto interesse publico com expressa autorização da câmara municipal, sob pena de nulidade do ato.
- VI - Subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, propaganda político – partidária ou fins estranhos à administração.

## SECÇÃO II

### Da divisão administrativa do município

**Art.4º** - Lei municipal disporá sobre a criação, organização, suspensão e fusão de distritos, com finalidade administrativa, atendidos os seguintes requisitos:

- I - Consulta previa, mediante plebiscito, as populações diretamente interessadas;
- II - População, eleitorado e arrecadação não inferior a um por cento(1%) da parte exigida para a criação de municípios;
- III - Existência concomitante, no povoado sede, de pelo menos trezentas moradias, escola publica, posto policial e cadeia publica.

**Parágrafo único:** o processo de criação de distritos terá inicio com representação dirigida à câmara municipal, até o dia 31 de maio do ano anterior ao das eleições municipais, assinada, no município, por dês por cento (10%) dos eleitores em domicilio eleitoral no respectivo povoado, comprovando – se os requisitos mencionados nos incisos I,II,III, mediante certidões expedidas pela fundação instituto brasileiro de geografia e estatística, do tribunal regional eleitoral e dos órgãos fazendários estadual e municipal, da secretaria estadual ou municipal de educação e das secretarias de saúde e segurança publica de estado.

**Art. 5º** - A área do distrito será contígua, preservará a continuidade territorial, a unidade histórico – cultural e terá as divisas descritas com precisão, com observância das seguintes normas:

- I - Linhas geodésicas entre pontos bem identificados, evitando – se, tanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;
- II - Na hipótese de inexistência de linhas naturais, utilizar –se – a linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis.

**Art. 6º** - O distrito será instalado em data a ser marcada pelo prefeito, em solenidade por esta preside, dentro do prazo de noventa (90) dias.

**Parágrafo único :** A administração do distrito se fará com auxilio de um subprefeito, nomeado pelo prefeito, dentre os integrantes de uma lista tríplice indicados por, pelo menos, dez por cento (10%) dos eleitores da unidade administrativa.

**Art. 7º** - A criação de distrito far – se – a também pela fusão de dois ou mas distritos, que serão supridos, dispensa, nessa hipótese a verificação dos requisitos do artigo 4º .

**Art. 8º** - faça- se- a extinção de distritos mediante previa consulta plebiscitária a sua população ou mediante lei municipal, nos seguintes casos:

- I - Se verificada a perda de qualquer dos registros do artigo 4º;
- II - Distribuição de sede, quando materialmente impossível a transferência da mesma para outro posto do território municipal.

## CAPITULO II

### Da competência do município

## SECCÃO I

### Da competência privativa

**Art. 9º** - cabe privativamente ao município, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - Legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - Elaborar os orçamentos anual e plurianual de investimentos;
- IV - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como, publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- V - Criar, organizar, suprimir e fundir distritos, observada a legislação estadual;
- VI - Organizar e prestar, diariamente ou sobre regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que terá caráter essencial e conceder licença a exploração de serviço de táxi, em como, fixa os pontos de estabelecimento;
- VII - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da união, do estado, serviços de atendimento a saúde da população;
- VIII - Promover no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo e do desenvolvimento urbano;
- IX - Promover a proteção do patrimônio histórico – cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- X - Dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- XI - Executar com prioridade e manter, com a cooperação técnica e financeira da união e do estado, programas de educação pré – escolar e de ensino fundamental;
- XII - Recensear os educados do ensino fundamental pré – escolar;
- XIII - Abrir, arborizar, conservar, melhorar e pavimentar as vias públicas;
- XIV - Dominar, emplacar e enumerar os logradouros e as edificações neles existentes;
- XV - Sinalizar as vias urbanas municipais, bem como, regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
- XVI - Estabelecer normas de edificação, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como, as limitações urbanísticas convenientes a ordenação do seu território, observada a lei federal;
- XVII - Autorizar e fiscalizar as edificações, bem como, as obras de conservação, modificação ou demolição que nelas devem ser efetuadas;
- XVIII - Responder pela limpeza dos logradouros e pela remoção do lixo domiciliar e hospitalar e promover o seu adequado tratamento;
- XIX - Conceder licença ou autorização para abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares, bem como, fixar condições e horários para aquele funcionamento, respeitada a legislação do trabalho;
- XX - Conceder alvará de licença para o estabelecimento do exercício da atividade profissional liberal;
- XXI - Exercer inspeção sobre os estabelecimentos comerciais, industriais e similares, para neles impedir ou suspender os atos ou fatos que importem

em prejuízo a saúde, higiene, moralidade, segurança tranqüilidade e meio ambiente;

- XXII - Autorizar a fixação de caracteres e anúncios e a utilização de quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda visual;
- XXIII - Demarcar e sinalizar as zonas de silêncio;
- XXIV - Disciplinar os serviços de carga e descarga e a tonelagem máxima permitida aos veículos que devam executá-los;
- XXV - Adquirir bens para a constituição do patrimônio municipal, inclusive através de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou pro interesse social, bem como, administra-los e aliena-los, mediante licitação;
- XXVI - Criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes vencimentos;
- XXVII - Instituir o regime jurídico do pessoal;
- XXVIII - Dispor o serviço funerário e cemitério, administrando aqueles q forem públicos e fiscalizando os explorados por entidades privadas ou associações religiosas, mediante concessão;
- XXIX - Prestar assistências nas emergências medico – hospitalares de pronto – socorro, por seus próprios serviços ou mediante convenio com instituição especializada;
- XXX - Aplicar penalidade por infração de suas leis e regulamentos;
- XXXI - Elaborar o plano local de desenvolvimento urbano;
- XXXII - Colocar as contas do município, durante sessenta (60) dias anualmente, a disposição de qualquer contribuinte, para exame a apreciação, o qual poderá questionar – lhes a legalidade, nos termos da lei;
- XXXIII - Regular o tráfego e trânsito nas vias públicas municipais, atendidas as necessidades de locomoção das pessoas portadoras de deficiência física;
- XXXIV - Dispor sobre a concessão, permissão e autorização de uso dos bens públicos municipais;
- XXXV - Coibir pratica que ameacem os mananciais, a fauna e flora, provoquem a extinção da espécie ou submetem os animais a crueldade;
- XXXVI - Disciplinar a locação de substancia potencialmente perigosa, nas áreas urbanas e nas proximidades de culturas agrícolas e mananciais;
- XXXVII - Exercer o poder de política administrativa nas matérias acima enumeradas, inclusive quando a funcionalidade e estética urbanas, dispondo sobre as penalidades por infração a referidas normas;
- XXXVIII - Assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

§ 1º As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XVI deste artigo, deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

- a) zonas verdes e demais logradouros públicos;
- b) vias de trafego e de passagem de canalização publicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;
- c) passagem de canalização públicas de esgoto e de águas pluviais com largura mínima de 2 (dois) metros nos fundos de lotes, cujo desnível seja superior a 1 (um) metro da frente ao fundo.

§ 2º A lei complementar de criação de guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar de proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

**Art. 10** – O Município poderá celebrar convênios com outros Municípios, com o Estado e a União, para realização de obras, atividades e serviços de interesse comum, contrair empréstimos internos e fazer operações visando ao desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, cultural e artístico.

**Art. 11** – O município criara sistemas de previdência social para os seus servidores ou poderá vincular-se, através de convênios, ao sistema previdenciário.

## **SECÇÃO II**

### **Da Competência Comum e Suplementar**

**Art. 12** – Compete ao Município, em comum com a União e o Estado:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger documentos, obras, paisagens naturais, sítios arqueológicos e outros bens de valor histórico, artísticos e cultural, impedindo sua evasão, destruição e descaracterização;

IV – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e a ciência;

V – proteger o meio ambiente, preservar as florestas, a fauna e a flora e combater todas as formas de poluição;

VI – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VII – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

VIII – combater as causas da pobreza e da marginalização, promovendo a integração das camadas sociais desfavorecidas;

IX – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais no seu território;

X – estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito, na forma definida por lei complementar.

**Art. 13** – O município exercerá competência suplementar à Legislação Federal e a Estadual, no que couber e naquilo que disser ao seu peculiar interesse.

## **TÍTULO II**

### **Da Organização dos Poderes**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do Poder Legislativo**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Câmara Municipal**

**Art. 14** – O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo único: Cada legislatura terá duração de 04 (quatro) anos, a iniciar-se a 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

**Art. 15** – A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, com representante do povo, com mandando de 4 (quatro) anos.

§ 1º São condições de elegibilidade para mandato de Vereador, na forma da lei federal:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição do Município;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII – ser alfabetizado.

§ 2º O número de vereadores, guardada a proporcionalidade com a população do município, será fixado pelo critério da Constituição Federal.

§ 3º A fixação do número de Vereadores terá por base o número de habitantes do município, obtido por recenseamento com estimativa da Fundação de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao da eleição municipal e será estabelecido até 180 (cento e oitenta) dias antes desta.

**Art. 16** – A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, sendo que no início da 1ª quinzena do mês, em dias úteis, terá 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, e no início da 2ª quinzena de cada mês, em dias úteis, terá 2 (duas) ordinárias consecutivas, com início às 19:00 horas e término previsto às 21:00 horas.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando caírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais, conforme dispuser seu regimento interno.

§ 3º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

- I – pelo Prefeito, quando este a entender necessária;
- II – pelo seu Presidente, para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- III – por seu Presidente ou requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 4º As Sessões extraordinárias a que se refere o parágrafo 3º, inciso I, do art. 16, serão convocadas pelo Presidente da Câmara, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de recebimento da solicitação do Prefeito e marcadas com antecedência de 3 (três) dias, dando-se ciência a todos os Vereadores, mediante ofício com recibo, ou prova da comunicação, e edital fixado no placar da Câmara.

§ 5º Durante as reuniões extraordinárias, somente poderão ser tratados os assuntos que motivarem a convocação.

§ 6º Não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária ou extraordinária por dia.



§ 7º A proibição do § 6º, não impede de uma e outra sessão no mesmo dia.

**Art. 17** – A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem deliberação sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 18** – As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento.

§ 1º Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderá ser realizada em outro local designado por decisão tomada pela maioria absoluta dos membros, em auto de verificação de ocorrência.

§ 2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

**Art. 19** – as sessões serão publicas, salvo deliberação em contrario, de dois terços(2/3) dos membros da câmara.

**Art. 20** – as sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço (1/3) dos membros da Câmara.

*Parágrafo único* – considerar-se-á sessão o vereador que assinar o livro de presença ate o inicio da ordem do dia, participar dos trabalhos do plenário e das votações.

## SECÇÃO II

### Das deliberações

**Art. 21** – as deliberações da câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo disposição em contrario constante na constituição federal e nesta Lei Orgânica.

§ 1º Não poderá o vereador participar de discussão ou deliberação da Câmara, quanto aos assuntos de seu pessoal interesse, ou do cônjuge, ou de parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau, inclusive, sob pena de nulidade do ato.

§ 2º Depende do voto da maioria absoluta a aprovação do requerimento do requerimento de um terço (1/3) dos vereadores para prorrogar as sessões da câmara e da lei que crie cargos em sua secretaria.

§ 3º Depende de voto favorável de, no mínimo, dois terços(2/3) dos membros da câmara:

- I** - A reversão do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas anuais do Prefeito e da Mesa;
- II** - Destituição de qualquer membro da Mesa;
- III** - Julgamento do Prefeito, Vice – prefeito e Vereador;

§ 4º Nas deliberações o voto será público, podendo ser simbólico ou nominal.

§ 5º O voto será nominal nos seguintes casos:

- I** - Eleição da Mesa e das Comissões;
- II** - Deliberação sobre as contas do Prefeito e da Mesa;
- III** - Destituição de membros da Mesa;

## SECÇÃO III

### Das atribuições da Câmara

**Art. 22** – a Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, cabe legislar a respeito de todas as matérias do competência municipal e, especialmente, sobre:

- I** - Tributos municipais, seu lançamento, arrecadação e normalização da receita não tributaria;
- II** - Empréstimos e arrecadações de créditos;
- III** - Plano plurianual de investimentos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais;
- IV** - Apertura de créditos especiais e suplementares;
- V** - Subvenções ou auxílios a serem concedidos pelo Município e qualquer outra forma de transferência sendo obrigatória a prestação de contas nos termos da constituição federal;
- VI** - Criação dos órgãos permanentes necessários a execução dos serviços públicos locais, inclusive autarquias e fundações, constituição de empresas publicas e sociedades de economia mista;
- VII** - Regime jurídico dos servidores públicos municipais, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções publicas, estabilidade e aposentadoria, fixação e alteração de remuneração;
- VIII** - Concessão, permissão ou autorização de serviços públicos da competência municipal, respeitadas as normas desta Lei Orgânica e da Constituição da Republica;
- IX** - Normas gerais de ordenação urbanística e regulamentos sobre ocupação e uso do espaço urbano, parcelamento do solo e edificação;
- X** - Concessão e cassação de licença para abertura, localização, funcionamento e inspeção e inspeção de estabelecimentos comerciais, industriais, prestacionais ou similares;
- XI** - Exploração dos serviços municipais de transporte coletivo de passageiros e critérios para fixação de tarifas a serem cobradas;
- XII** - Critérios para permissão de serviços de táxis e fixação de suas tarifas;
- XIII** - A autorização de bens imóveis, salvo quando houver dotação orçamentária para esse fim destinada ou nos casos de doação sem encargos;
- XIV** - Cessão ou permissão de uso de bens municipais e autorização para que os mesmos sejam gravados com ônus reais;
- XV** - Plano de desenvolvimento urbano, na forma da Constituição Federal;
- XVI** - Feriados municipais, nos termos da legislação federal;
- XVII** - Alienação de bens da administração direta, indireta, e funcional, vedada esta, em qualquer hipótese, nos últimos três (3) meses do mandato do Prefeito;
- XVIII** - Isenções e anistia fiscais e a remissão de dividas;
- XIX** - Denominação e alteração de nomes próprios, vias e logradouros públicos;
- XX** - Regras de trânsitos e multas aplicáveis ao caso, regulando sua arrecadação.

**Art. 23** – compete privativamente à câmara municipal exercer nas seguintes atribuições, dentre outras:

- I** - Receber o compromisso dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-prefeito e dar-lhes posse;
- II** - Eleger sua Mesa;
- III** - Elaborar o regimento interno;
- IV** - Organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

- V - Propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- VI - Conceder licença ao Prefeito, ao vice – prefeito e aos Vereadores;
- VII - Autorizar o prefeito a ausentar – se do município, por mais de quinze (15) dias, por necessidade de serviço;
- VIII - Tomar e julgar as contas do prefeito, deliberando sobre parecer o parecer do tribunal de contas dos municípios, no prazo máximo de sessenta(60) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:
  - a) O parecer do tribunal somente deixara de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da câmara;
  - b) Decorrido o prazo de sessenta (60) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão colocadas na ordem do dia, sobrestando-se as demais proporções, para que se ultime a votação;
  - c) Rejeitada as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito;
- IX - Decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal aplicável;
- X - Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- XI - Autorizar referendo e convocar plebiscito na forma da lei;
- XII - Suspender, no ato ou em parte, a execução de leis ou atos normativos municipais declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Tribunal de Justiça;
- XIII - Autorizar a realização de empréstimos, operação de crédito ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do município;
- XIV - Proceder a tomada de contas do prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas a câmara, dentro de sessenta(60) dias após a abertura da sessão legislativa;
- XV - Apreciar convenio, acordo ou qualquer outro instrumento celerado pelo município com a união, ou outra pessoa de direito público interno ou entidades assistenciais e culturais;
- XVI - Estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;
- XVII - Fixar a remuneração de seus membros, do prefeito, do vice – prefeito e dos secretários municipais;
- XVIII - Convocar o prefeito e os secretários do município para prestar esclarecimentos sobre a administração, no prazo de quinze (15) dias;
- XIX - Deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;
- XX - Criar comissão parlamentar de inquérito sobre o fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço (1/3) de seus membros;
- XXI - Conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoa que reconhecidamente tenham prestados relevantes serviços ao município ou nele tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular;
- XXII - Solicitar a intervenção do estado no município;
- XXIII - Julgar prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, nos casos previstos em lei federal;
- XXIV - Fiscalizar e controlar os atos do poder executivo, incluídos os da administração indireta;
- XXV - Conhecer a renúncia do prefeito e do vice – prefeito.

## SECÇÃO IV

### Dos vereadores

**Art. 24** – os vereadores são invioláveis no exercício do seu mandato e na circunscrição do seu município, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Aplicam – se, à inviolabilidade dos vereadores as regras contidas na constituição do estado relativas aos deputados estaduais.

§ 2º Aplicam igualmente aos vereadores as regras pertinentes às licenças e afastamento, remuneradas ou não, dos deputados, inclusive quanto ao afastamento, para exercício de cargo em comissão do poder executivo.

**Art. 25** – é vedado ao vereador:

I -Desde a expedição do diploma:

- a) Firmar ou manter contrato com o município, com suas autarquias, fundações, empresas concessionárias de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) Aceitar cargo, emprego ou função no âmbito da administração publica direta municipal, salvo mediante aprovação em concurso publico e observado o disposto no art. 84, I, IV, e V desta Lei Orgânica.

II - Desde a posse:

- a) Ocupar cargo, função ou emprego público na administração publica direta ou indireta do município, de que sejam exoneráveis “*ad nutum*”, salvo licenciar – se do mandato;
- b) Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;
- c) Ser proprietário, controlador ou direto de empresa que goze de favor decorrente de contrato, com pessoas jurídicas de direito publico do município, ou nela axer cer função remunerada;
- d) Patrocinar causa junto ao município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I;

**Art. 26** – perderá o mandato o vereador:

I - Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II -Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório as instituições vigentes;

III - Que utilizar do mandato para a pratica de atos de corrupção ou de impropriedade administrativa;

IV - Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - Que fixar resistência fora do município;

VI -Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º Alem de outros casos definidos no regimento interno da câmara municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º Nos casos dos incisos I e III, a perda do mandato será declarada pela câmara por voto nominal e maioria absoluta, mediante provocação da mesa ou de partido político representado na câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e VI, a perda será declarada pela mesa da câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na casa, assegurada ampla defesa.

## SECÇÃO V Das licenças

**Art. 27** – o vereador poderá licenciar – se :

- I - Por motivo de doença;
- II -Para tratar, sem remuneração, de particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias por sessão legislativa;
- III -Para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do município.

§ 1º Ao vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, a câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio doença ou de auxílio especial.

§ 2º O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para o efeito do cálculo da remuneração dos vereadores.

§ 3º A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta (30) dias e o vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da mesma.

§ 4º Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões, o vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

**Art. 28** – dar-se-á convocação de suplente de vereador nos casos de vaga ou licença.

§ 1º O suplente convocado tomara posse no prazo de quinze (15) dias, contados da data de convocação, salvo motivo aceito pela câmara, quando se prorrogara o prazo.

§ 2º Enquanto a vaga que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o “quorum” em função dos vereadores remanescentes.

## SECÇÃO VI Dos subsídios

**Art. 29** – a câmara municipal fixará, até trinta (30) dias antes das eleições municipais, a remuneração do prefeito, do vice-prefeito, do presidente da câmara, vereadores e secretários municipais, para vigorar na legislatura subsequente, entendendo-se prorrogadas as fixações existentes, se não estabelecidas no devido tempo, observando o que dispõe os seguintes artigos 37, XI; 39, § 4º; 150,II; 153,III e 153, § 2º, I; da Constituição Federal.

§ 1º A remuneração do prefeito municipal não poderá ultrapassar vinte por cento (20%) da média da receita do município nos dois (2) últimos anos, excluídas pela administração indireta, inclusive pelas fundações e autarquias.

§ 2º Em nenhuma hipótese a remuneração do prefeito poderá ser fixada em valor inferior a de dez por cento (10%) da dos deputados estaduais, caso em que poderá ultrapassar o limite do parágrafo anterior.

§ 3º A remuneração dos vereadores terá como limite máximo vinte por cento (20%) do subsídio dos deputados estaduais, desde que não seja ultrapassado o montante de cinco por cento (5%) da receita do município.

§ 4º Ao vice – prefeito e aos secretários poderá ser fixado subsídio que não exceda ao do prefeito e a qual fará jus o servidor estadual ou municipal investido no cargo.

§ 5º Ao presidente da câmara poderá ser fixado subsídio, acrescido em até cinquenta por cento (50%) da remuneração do vereador, limitando o total ao que perceber o prefeito.

## SECÇÃO VII Do funcionamento da câmara

### SUBSECÇÃO I Instalação e posse

**Art. 30** – A câmara municipal reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros.

§ 1º A posse ocorrerá em sessão solene que realizará independentemente de numero, sob a presidência do vereador mais votado dentre os presentes, afim de iniciar os trabalhos obedecendo a seguinte ordem:

I - Tomar posse do cargo e instalar a legislatura;

II -Receber o compromisso do prefeito e do vice-prefeito e dar-lhes posse nos respectivos cargos;

III -Eleger a Mesa Diretora.

**Art. 31** – na seção solene de instalação os vereadores apresentarão suas declarações de bens, direitos e obrigações de seu patrimônio existente nesse dia que serão transcritas em livro próprio, e depois de exibidos os diplomas prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º No ato da posse, será prestado o seguinte compromisso:

**“PROMETO EXERCERCOM DEDICAÇÃO E LEALDADE MEU MANDATO, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM GERAL DO MUNICIPIO.”**

§ 2º o vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo 1º do artigo 30, devera fazer dentro do prazo de quinze(15) dias do inicio do funcionamento normal da câmara, sob pena de perda do mandato salvo o motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da câmara.

§ 3º Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do vereador mais votado dentre os presidentes e havendo maioria absoluta dos membros da câmara, elegerão os componentes da mesa.

### SUBSECÇÃO II Da eleição da mesa

**Art. 32** – Os trabalhadores da câmara serão dirigidos por uma mesa diretora eleita para um mandato de um (1) ano, não permitindo a reeleição para o mesmo cargo.

§ 1º A mesa da câmara se compõe do presidente, vice-presidente, do primeiro e do segundo secretario, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 2º Juntamente com os membros da mesa serão eleitos dois (2) suplentes, para exercício temporário, em caso de impedimento, falta ou vaga dos efetivos que serão substituídos segundo a ordem decrescente de colocação.

§ 3º Na constituição da mesa é assegurado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da casa.

§ 4º Na ausência dos membros da mesa e suplentes, o vereador mais votado dentre os presentes assumirá a presidência.

§ 5º Qualquer componente da mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da câmara quando faltoso, omissor ou ineficiente do desempenho de suas atribuições regimentais, assumindo o cargo o substituto automático até o término do mandato.

§ 6º Procede-se a eleição da mesa, obedecidas as seguintes formalidades:

I - Votação nominal e aberta;

II - Os vereadores votaram a medida que forem nominalmente chamados;

III - Será considerado eleito o candidato, a qualquer dos cargos da mesa, que obtiver maioria dos sufrágios;

IV - Proclamados os resultados, os eleitos serão considerados automaticamente empossados.

§ 7º A eleição para renovação da mesa realizar-se-á, obrigatoriamente, na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro.

§ 8º No caso vaga de qualquer cargo da mesa diretora, o mesmo será preenchido pelo seu substituto automático, para o término do mandato da respectiva mesa.

### SUBSECÇÃO III Das comissões da Câmara

**Art. 33** – a câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - Discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento interno, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um terço (1/3), dos membros da câmara;

II - Realizar audiência pública com entidade da sociedade civil;

III - Receber petições, reclamações, representação ou queixas de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

IV - Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

V - Exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do executivo e da administração indireta.

§ 2º As comissões especiais, criadas por deliberação do plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e a representação da câmara em destinadas ao estudo de assuntos específicos e a representação da câmara em congressos, das solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da câmara.

§ 4º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno da casa, será criadas pela câmara mediante requerimento de um terço (1/3), dos seus membros para apuração de fato determinada e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao ministério público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**Art. 34** – a maioria, a minoria, as representações partidárias com número de membros superior a um décimo da composição da casa e os blocos parlamentares terão líder e vice-líder.

§ 1º A indicação do líder será feita em documento assinado pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou partidos políticos a

mesa, nas vinte e quatro (24) horas, que se seguirem à instalação do primeiro período do legislativo anual.

§ 2º Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento a mesa da câmara dessa designação.

**Art. 35** – além de outras atribuições previstas no regimento interno, os líderes indicaram os representantes partidários nas comissões câmara.

**Parágrafo único:** ausente ou impedido o líder, suas atribuições serão exercidas pelo vice-líder.

**Art. 36** - A câmara municipal, observado o disposto nesta lei orgânica, compete elaborar seu regimento interno, dispondo sobre sua organização administrativa, política e provimento de cargos de seus servidores e especialmente sobre:

- I - Sua instalação e funcionamento;
- II - Posse de seus membros;
- III - Eleição da mesa, composição e suas atribuições;
- IV - Numero de reuniões mensais;
- V - Comissões;
- VI - Sessões;
- VII - Deliberações;
- VIII - Todo e qualquer assunto de sua administração interna.

**Art. 37** – Por deliberação da maioria de seus membros, a câmara poderá convocar secretario municipal para, pessoalmente, prestar informações a cerca d assuntos previamente estabelecidos.

**Parágrafo único:** a falta de comparecimento do secretario municipal, sem justificativa razoável, será considerada desacato a câmara; e se o secretario for vereador licenciado, o não comparecimento nas comissões mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da câmara, para instauração do respectivo processo na forma da lei federal e consequente cassação do mandato.

**Art. 38** – O secretario municipal, à seu pedido, poderá comparecer perante o plenário ou qualquer comissão da câmara para expor assunto e discutir projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

**Art. 39** – A mesa da câmara poderá encaminhar pedido escrito de informação aos secretários municipais, importando crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de quinze (15) dias, bem como a representação por informação falsa.

**Art. 40** – a mesa, dentre outras atribuições, compete:

- I - Tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- II - Propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- III - Apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da câmara;
- IV - Promulgar a lei orgânica e suas emendas;



- V - Representar, junto ao executivo, sobre necessidade de economia interna;
- VI - Contratar na forma da lei por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

## SUBSECÇÃO V

### Das atribuições do presidente

**Art. 41** – Dentre outras atribuições, compete ao presidente da câmara:

- I - Representar a câmara em juízo e fora dele;
- II - Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da câmara;
- III - Interpretar e fazer cumprir o regimento interno;
- IV - Promulgar as resoluções e decretos legislativos;
- V - Promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário, desde que não aceite esta decisão em tempo hábil, pelo prefeito;
- VI - Fazer publicar os atos da mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;
- VII - Autorizar as despesas da câmara;
- VIII - Representar, por decisão da câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
- IX - Solicitar, por decisão da maioria absoluta da câmara, a intervenção no município, nos casos admitidos pela constituição federal e pela constituição estadual;
- X - Manter a ordem no recinto da câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;
- XI - Encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas, da câmara, ao tribunal de contas dos municípios ou órgãos a que for atribuído tal competência.

## SECÇÃO VIII

### Do processo legislativo

**Art. 42** – o processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I - Emendas a lei orgânica municipal;
- II - Leis complementares;
- III - Leis ordinárias;
- IV - Leis delegadas;
- V - Decretos legislativos;
- VI - Resoluções.

**Art. 43** – a lei orgânica municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I - De um terço (1/3) no mínimo, dos membros da câmara municipal;
- II - Do prefeito municipal;
- III - Por cinco por cento (5%) do eleitorado do município.

§ 1º A proposta será discutida e votada em dois (2) turnos, com interstício mínimo de dez(10) dias, e aprovada por dois terços (2/3) dos membros da câmara municipal.

§ 2º A emenda a Lei Orgânica Municipal será promulgada pela mesa da câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção do município.

**Art. 44** – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento (5%) do total do numero de eleitores do município.

**Art. 45** – Leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos membros da câmara municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

**Parágrafo único:** serão leis complementares, dentre outras previstas nesta lei orgânica:

- I - Código de obras;
- II -Plano diretor de desenvolvimento urbano;
- III -Código de postura;
- IV -Código tributário do município;
- V -Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;
- VI -Lei orgânica instituidora da guarda municipal.

**Art. 46** – São de iniciativa executiva do prefeito as leis que disponham sobre:

- I - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;
- II - Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica ou aumento de sua remuneração;
- III - Servidores públicos seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- IV - Criação, estruturação e atribuição das secretarias e dos órgãos da administração pública;
- V - Matéria orçamentária, tributaria, de serviços públicos e as que autorizem a abertura de créditos ou concedem auxílios, prêmios e subvenções.

**Parágrafo único:** não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do prefeito municipal, ressalvado o disposto no artigo 166, § 3º e 4º, da constituição da republica.

**Art. 47** – é da competência exclusiva da mesa da câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

- I - Autorização para abertura de credito suplementar ou especial, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da câmara;
- II - Organização dos serviços administrativos da câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

**Parágrafo único:** nos projetos de competência exclusiva da mesa da câmara, não será admitidas emendas que aumentam a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos vereadores.

**Art. 48** – o prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos da sua iniciativa.

§ 1º Solicitada a urgência, a câmara deverá se manifestar em até trinta (30) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º A solicitação prevista no parágrafo anterior poderá ser feita depois remessa do projeto e me qualquer fase de seu andamento.

§ 3º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela câmara, será a disposição incluída na ordem do dia, sobrestando – se as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 4º O prazo do § 1º não corre no período de recesso da câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

**Art. 49** – Concluída a votação, o projeto de lei aprovado será enviado ao prefeito para sanção ou veto.

§ 1º Se o prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á, total ou parcialmente no prazo de quinze(15) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito (48) horas, a câmara municipal, as razões do veto.

§ 2º o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze (15) dias, o silêncio do prefeito importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado pelo plenário da câmara municipal, dentro de trinta (30) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio.

§ 5º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao prefeito municipal para promulgação.

§ 6º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito (48) horas pelo prefeito municipal, nos casos dos § 3º e 5º, o presidente da câmara a promulgara, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao vice – presidente da câmara fazê-lo.

§ 8º A aprovação das leis far – se –á através de três (3) discussões e votações e a dos decretos legislativos e resoluções, em duas (2), com intervalo de vinte e quatro (24) horas no mínimo.

**Art. 50** – as leis delegadas serão elaboradas pelo prefeito, que deverá solicitar a delegação à câmara municipal.

§ 1º os atos de competência privativa da câmara, na maioria reservada a lei complementar, a planos plurianuais, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento não serão objeto de delegação.

§ 2º a delegação terá a forma de decreto legislativo, que especificara o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º o decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela câmara, que a fará em votação única, vedada à apresentação de emendas.

**Art. 51** – Os projetos de resolução disporão sobre matéria de interesse interno da câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

**Parágrafo único:** nos casos de projetos de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á encerrado, com a votação final, a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pela presidente da câmara.

**Art. 52** – a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da câmara.

SECÇÃO IX  
**Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.**

**Art. 53** – a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das entidades de sua administração direta, indireta e fundacional, serão exercidas mediante controle externo da câmara municipal e pelos sistemas de controle interno de cada poder, instituídos por lei.

§ 1º O controle externo, a cargo da câmara municipal, será exercido no tribunal de contas dos municípios e compreenderá a apreciação das contas do executivo e da mesa da câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º as contas apresentadas mensalmente e anualmente pelo prefeito e mesa da câmara, serão julgadas dentro de sessenta (60) dias após o recebimento do parecer prévio do tribunal de contas dos municípios.

§ 3º somente por decisão de dois terços (2/3) dos membros da câmara municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo tribunal de contas dos municípios.

§ 4º as contas relativas a aplicação dos recursos transferidos pela união e estado serão prestados na forma das legislações federal e estadual em vigor, podendo o município suplementar essas contas, sem juízo de sua inclusão na prestação de contas.

**Art. 54** – Os poderes executivo e legislativo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

- I - Criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;
- II - Acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;
- III - Avaliar resultados alcançados pelos administradores;
- IV - Verificar a execução dos contratos.

**Art. 55** – as contas anuais do município ficarão no recinto da câmara municipal durante sessenta (60) dias, anualmente, e antes de seu julgamento, a disposição de qualquer interessado, para exame e apreciação, o qual poderá questionar – lhe a legitimidade, nos termos da lei.

CAPITULO II  
**Do poder executivo**

SECÇÃO I  
**Do prefeito e do vice – prefeito**

**Art. 56** – o poder executivo municipal é exercido pelo prefeito e auxilio pelos secretários municipais.

**Art. 57** – o prefeito e o vice – prefeito serão eleitos pelos votos diretos, universal e secreto, numa só chapa, em pleito simultâneo, dentre cidadãos maiores de vinte e um (21) anos, no gozo dos direitos políticos, observadas as condições de elegibilidade previstas no artigo 14 da constituição da republica, para um mandato de quatro (4) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.

§ 1º A eleição do prefeito importará a do vice – prefeito com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos.

**Art. 58** – O prefeito e o vice – prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição, em sessão da câmara municipal, prestado o compromisso:

**“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO”.**

**Parágrafo único:** Se, decorrido dez (10) dias da data fixada para a posse, se o prefeito ou o vice – prefeito, salvo motivo de força , maior não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

**Art. 59** – substituirá o prefeito, no caso de impedimento, e suceder – lhe – á, no de vaga, o vice – prefeito.

§ 1º o vice – prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais, e poderá, sem perda do mandato e mediante autorização da câmara, aceitar e exercer cargo ou função de confiança municipal, estadual ou federal.

§ 2º o vice- prefeito não poderá se recusar a substituir o prefeito, sob pena de perda do mandato.

**Art. 60** – em caso de impedimento do prefeito e do vice – prefeito, ou vacância do cargo, será chamado para o exercício do poder executivo, sucessivamente, o presidente e o vice – prefeito da câmara municipal.

**Art. 61** – vagando os cargos do prefeito e vice – prefeito, far – se – á nova eleição noventa (90) dias depois de aberta a última vaga para completar o período dos antecessores.

§ 1º Ocorrendo à vacância no terceiro ano do período de governo municipal, a eleição para ambos os cargos será feita trinta (30) dias depois de aberta a última vaga, pela câmara municipal, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores.

§ 2º Ocorrendo à vacância, no último ano do período de governo, serão sucessivamente, chamados para exercer o cargo de prefeito, o presidente e o vice – presidente da câmara.

**Art. 62** – O prefeito e o vice – prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da câmara municipal, ausentar do município por período superior a quinze (15) dias, sob pena de perda do mandato ou do cargo.

**Parágrafo único:** o prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - Impossibilidade de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - O serviço ou em missão de representação do município.

**Art. 63** – a remuneração do prefeito e vice – prefeito será fixada pela câmara, até trinta (30) dias antes da eleição municipal, observando o que dispõe o art. 29, inciso V, da constituição da república.

**Art. 64** – na ocasião da posse e ao termino do mandato, o prefeito fará declaração de seus bens, a qual ficara arquivada na câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

**Parágrafo único:** o vice – prefeito fará declaração de bens no momento em que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo.

**Art. 65** – é vedado ao prefeito e ao vice – prefeito, erigir – se credor, fornecedor ou contratar com o município.

## SECÇÃO II

### Das Atribuições do Prefeito

**Art. 66** – compete privativamente ao prefeito:

- I - Exercer a direção superior da administração municipal;
- II - Iniciar o processo legislativo na forma e casos previstos nesta lei e na constituição do estado;
- III - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- IV - Vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- V - Dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração municipal;
- VI - Prover os cargos e funções publicas municipais, na forma da constituição do estado e das leis;
- VII - Celebrar convênios, acordos, contratos e outros ajustes do interesse do município;
- VIII - Enviar a câmara, observados os princípios constitucionais e as regras desta lei orgânica, os projetos de lei disposto sobre:
  - a) Plano plurianual;
  - b) Diretrizes orçamentárias;
  - c) Orçamento anual;
  - d) Plano diretor.
- IX - Remeter mensagem a câmara municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do município e solicitando as providencias que julgar necessária;
- X - Encaminhar ao tribunal da contas dos municípios, para o parecer prévio e posterior julgamento da câmara municipal:
  - a) Os balancetes mensais, até quarenta e cinco (45) dias, contados do encerramento do mês;
  - b) os balanços anuais, até sessenta (60) dias, após a abertura da sessão legislativa.
- XI - Prestar contas da aplicação de auxílios federais ou estaduais entregues ao município, na forma da lei;
- XII - Publicar na forma e prazos previstos em lei:
  - a) Os balancetes financeiros municipais;
  - b) As prestações de contas da aplicação de auxílios federais ou estaduais recebidos pelo município.

- XIII - Colocar, a disposição da câmara, até o dia vinte (20) de cada mês, o percentual de oito por cento (8%), relativo ao somatório da receita tributaria e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da constituição federal, efetivamente realizado no exercício anterior;
  - XIV - Praticar os atos que vise resguardar os interesses do município, desde que não reservados a câmara municipal;
  - XV - Representar o município, em juízo e fora dele;
  - XVI - Convocar extraordinariamente a câmara, quando o interesse da administração o exigir;
  - XVII - Enviar a câmara municipal copia dos balancetes, e dos documentos que os instruem concomitantemente com remessa dos mesmos ao tribunal de contas municípios, na forma prevista no inciso X deste artigo.
- Art. 67** – entre outras atribuições, compete também ao prefeito:
- I - Decretar os termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade publica, ou por interesse social;
  - II - Expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
  - III - Permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros;
  - IV - Fazer publicar os atos oficiais;
  - V - Prestar acamara, dentro de quinze (15) dias, as informações pela mesma solicitada, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado em face de complexidade de matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;
  - VI - Prever os serviços e obras da administração pública;
  - VII - Superintender a arrecadação dos tributos, bem como, guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamento dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela câmara;
  - VIII - Aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como, revelas quando impostas irregularmente;
  - IX - Resolver sobre os requerimentos, reclamações, ou representações que lhe forem dirigidas;
  - X - Oficializar, obedecidas as normas urbanistas aplicáveis, as vias o logradouros públicos, mediante denominação pela câmara;
  - XI - Aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento zoneamento urbano ou para fins urbanos;
  - XII - Contrair empréstimos e realizar operações de créditos mediante previa autorização da câmara;
  - XIII - Providenciar sobre a administração os bens do município e sua alienação na forma da lei;
  - XIV - Desenvolver o sistema viário do município;
  - XV - Conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévio e anualmente aprovado pela câmara;
  - XVI - Solicitar o auxilio das autoridades policiais do estado para garantia do cumprimento de seus atos;
  - XVII - Solicitar, obrigatoriamente, autorização a câmara para ausentar – se do municipio por tempo superior a quinze (15) dias;
  - XVIII - Publicar, até trinta (30) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatorio resumido da execução orçamentária.

**Art. 68** – o prefeito poderá delegar, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos VI, VII, VIII, XIV e XVIII, do artigo anterior desta lei orgânica.

### SECÇÃO III

#### **Da Responsabilidade do Prefeito**

**Art. 69** – são crimes de responsabilidade os atos do prefeito definidos em lei federal e os que atentem contra esta lei orgânica, a constituição do estado e a da república e, especialmente, contra:

- I - A existência da união;
- II - O livre exercício dos poderes legislativo e judiciário, do ministério público, da procuradoria geral de contas e dos poderes constitucionais do município;
- III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - A segurança do estado;
- V - A probidade da administração;
- VI - A lei orçamentária;
- VII - O cumprimento das leis e das decisões judiciais.

**Art. 70** – são infrações político- administrativas do prefeito as previstas em lei federal.

### SECÇÃO IV

#### **Da Perda e Extinção do Mandato**

**Art. 71** – é vedado ao prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto nesta lei orgânica e na constituição do estado.

§ 1º É igualmente vedado ao prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

§ 1º O prefeito não poderá, sem licença da câmara, ausentar – se do município por período superior a quinze (15) dias.

§ 1º A infringência ao disposto neste artigo e seus parágrafos importará em perda de mandato.

**Art. 72** – as incompatibilidades atribuídas ao vereador, por esta lei orgânica, estendem – se, no que forem aplicáveis, ao prefeito e aos secretários municipais.

**Art. 73** – o prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o tribunal de justiça do estado, e por infrações político – administrativas, perante a câmara municipal.

**Parágrafo único:** aplicam – se ao processo, no que couber, as regras da constituição do estado, definidas no artigo 39 e seus parágrafos.

**Art. 74** – será declarado vago, pela câmara, o cargo de prefeito quando este:

- I - Falecer, renunciar ou for condenado por crime funcional ou eleitoral;



- II -Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;
- III - Infringir as normas dos artigos 71 e 72, desta lei orgânica;
- IV - Perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

## SECÇÃO V

### Dos auxiliares diretos do prefeito

**Art. 75** – são auxiliares do prefeito:

- I - Os secretários municipais;
- II - Os diretores dos órgãos autônomos;
- III - Os subprefeitos.

**Parágrafo único:** será de livre nomeação e demissão o provimento desses cargos.

**Art. 76** - lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do prefeito, definido – lhes a competência, deveres e responsabilidades.

**Art. 77** – são condições essenciais para investidura no cargo de secretário:

- I - Ser brasileiro;
- II - Estar no exercício dos direitos políticos;
- III - Ser maior de dezoito (18) anos.

**Art. 78** – além das atribuições fixadas em lei, compete aos secretários:

- I - Subscriver atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;
- II - Expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III - Apresentar ao prefeito, relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;
- IV - Comparecer a câmara municipal, sempre que convocados, para prestação de esclarecimentos oficiais.

**Parágrafo único** – A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em infração político – administrativa.

**Art. 79** – Os secretários são solidariamente responsáveis com o prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

**Art. 80** – A competência do Subprefeito limitar-se-á ao Distrito para o qual foi nomeado.

**Parágrafo único:** ao subprefeito, como delegado do executivo, compete:

I - Cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do prefeito e da câmara;

II - Fiscalizar os serviços distritais;

III - Atender as reclamações das partes e encaminha – lãs ao prefeito, quando se trata de matéria estranha as suas atribuições ou quando lhe forem solicitadas.

**Art. 81** – O Subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

**Art. 82** – Os auxiliarem diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato de posse e no término do exercício de cargo.

## SECÇÃO VI

### Da Administração Pública

**Art. 83** – A Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas de títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III – o prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Prefeito;

IV – durante o prazo previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados com prioridade sobre novos concursados, observados a necessidade do serviço público, para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargo de comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI – é garantida ao servidor público civil de direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites previsto em lei específica;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiências e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsidio de que trata o § 4º, art. 39, da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica,

observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídos as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exercer o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos anteriores;

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV, do art. 37 e nos arts, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, todas da Constituição Federal;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observando em qualquer caso o disposto no inciso XI, art. 37, da Constituição Federal:

- a) a de 2 (dois) cargos de professor
- b) a de 1 (um) cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de 2 (dois) cargos privativos de médico;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição da empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A inobservância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

§ 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta ou indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII, da Constituição Federal;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função administrativa pública.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - Ressalvas as ações de ressarcimento, os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário municipal, são os estabelecidos em lei federal.

§ 6 – As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7 – A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta ou indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades de administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração de contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.

§ 9º - O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e as sociedade de economia mista e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Município para pagamento de despesas de pessoal e de custeio em geral.

§ 10º - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142, da Constituição Federal, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública ressalvados os cargos acumuláveis da forma referida Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 11º - Havendo recurso suficiente, é obrigatória a quitação total da folha de pagamentos dos servidores da administração direta e indireta, autárquica ou fundacional no Município, até o dia 30 (trinta) do mês (em exercício a ser vencido), sob pena de:

I – atualização monetária da remuneração devida, com base em índice oficial de correção monetária;

II – pagamento do reajuste apurada na forma do inciso anterior, juntamente com a folha de pagamento do mês vencido.

**Art. 84** – Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições;

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato do Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para exercício de mandato efetivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se não exercício estivesse.

## SECÇÃO VII Dos Servidores Públicos

**Art. 85** – O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrando por servidores designados pelos respectivos Poderes:

§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes dos sistemas remuneratórios observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º - Aplica-se ao servidor municipal das disposições do art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII E XXX, da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 3º - O membro do Poder, o detentor de mandato eletivo, os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal.

§ 4º - Lei Municipal poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 5º - Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 6º - Lei Municipal disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programa de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, a modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 7º - A remuneração dos servidores públicos municipais organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 3º.

**Art. 86** – Aos servidores titulares de cargos efetivos do Município, incluídas duas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto de decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, específica em lei;

II – compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

- a) 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;
- b) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e pensões, por ocasião da sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que ser der a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º - Os proventos da aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que ser der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividade exercidos exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 (cinco) anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à contar do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.

§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendido aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10º - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11º - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos da inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12º - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13º - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14º - O Município, desde que institua regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, da Constituição Federal.

§ 15º - Observado o disposto no art. 202, da Constituição Federal, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição do regime de previdência complementar pelo Município, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 16º - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos § 14º e § 15º poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data de publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

**Art. 87** – São estáveis após 3 (três) ano de efetivo exercício os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público:

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzindo ao cargo de



origem, sem direito a indenização, aproveitando em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarado sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Como condição para a aquisição de estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída por essa finalidade.

## SECÇÃO VIII **Da Segurança Pública**

**Art.** – O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º - A lei de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direito, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º - A investidura nos cargos de guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º - O Município dará apoio à Polícia Militar do Estado e constituirá com edificações próprias para a implantação de postos policiais nos Distritos e Povoados, nos limites estabelecidos em lei.

**Art. 89** – O Município dotará a Comarca de residência oficial para o Juiz de Direito, o Promotor de Justiça e o Delegado de Polícia.

## TÍTULO III **Da Organização Administrativa Municipal**

### CAPÍTULO I **Da Estrutura Administrativa**

**Art. 90** – A Administração Municipal é contida dos órgãos integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura e de entidade dotadas de personalidades jurídicas própria.

§ 1º - Os órgãos de administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e de coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º – As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem o poderão compor a administração indireta do Município se classificam em:

I – serviço autônomo, criando por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividade típicas de administração pública, que requeiram, para o seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital no Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o Município seja levado a exercer, por força de contingência administrativa, podendo reverter-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para desenvolvimento de atividades específicas, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Atos Municipais**

#### **SECÇÃO I**

##### **Dos Atos Administrativos**

**Art. 91** – Os atos administrativos, de competência do Prefeito, devem ser expandidos com obediência às seguinte normas:

I – DECRETO, numerado em ordem cronológico, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei e de normas de efeito externos não privativos de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuição não constantes de lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como, de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) permissão de uso de bem municipal;
- h) delegação de competência;
- i) medidas executórias do plano diretor;
- j) fixação e alteração dos preços e tarifas;

III – PORTARIAS, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos internos de efeito individuais;

- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos de efeitos individuais;
- d) outros casos de determinados em lei ou decreto.

III – CONTRATOS, nos seguintes casos:

- a) admissão de serviços de caráter temporário, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição da República, ou de concursados, pelo regime geral;
- b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

Parágrafo único: Os atos constantes dos itens II e III deste artigo poderão ser delegados.

## SECÇÃO II

### Do Registro e Publicidade dos Atos

**Art. 92** – O município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, permitida a delegação de poder para esse fim.

§ 2º - Os livros neste artigo poderão ser substituídos por fichas, gravações magnéticas ou outro sistema, devidamente autenticados.

**Art. 93** – A publicidade das leis e atos municipais far-se-á pela fixação de exemplares dos mesmos, por prazo, não inferior a 15 (quinze) dias, em local apropriado e de fácil acesso ao público, na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, quando a lei não exigir outra forma.

§ 1º - Poderá a autoridade municipal ampliar os meios e modos de divulgação do ato, observando o interesse público.

§ 2º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

IV – anualmente, até 15 (quinze) de março pelo mesmo sistema previsto no art. 93 desta Lei Orgânica, os balanços gerais do Município, e as demonstrações das variações patrimoniais, em forma sintética.

## SECÇÃO III

### Das Certidões

**Art. 95** – Os órgãos dos poderes públicos municipais são obrigados a fornecer, a requerimento do interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, se outro não for determinando em lei ou ordem judicial, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena

de responsabilidade de autoridade ou servido e que negar ou retardar injustificadamente sua expedição.

§ 1º - No mesmo prazo serão atendidas as requisições judiciais.

§ 2º - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário da Administração e Finanças da Prefeitura, exceto as declaradas de efetivo exercício do cargo de Prefeito, que serão fornecidos pelo Presidente da Câmara.

#### SECÇÃO IV Das Proibições

**Art. 96** – O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

a) ser proprietário, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entendidas referidas no inciso I, alínea *a*;

c) patrocinar causa em que seja interessado qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea *a*;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandado público eletivo.

**Art. 96** - Modificado pela Emenda nº 01/99 de 03 de setembro de 1999.

**Art. 97** – A entidade pública ou privada, de natureza filantrópica, cultural ou assistencial, que deixar de prestar contas regulares da aplicação de benefício, anteriormente concedido pelo Município, não poderá receber novo auxílio da municipalidade.

#### CAPÍTULO III Dos Bens Municipais

**Art. 98** – São bens do Município:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vieram a ser atribuídos;

II – direitos e ações e as coisas moveis e imóveis situadas no seu território e que não pertencem a União, ao Estado e aos particulares;

III – o produto de arrecadação dos títulos a quem tem direito.

**Art. 99** – Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

**Art. 100** – Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais sob a responsabilidade do chefe da unidade administrativa a que forem distribuídos.

**Art. 101** – Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I – pela natureza;

II – em relação a cada serviço;

Parágrafo único: Deverá ser feita, anualmente, a atualização dos registros patrimoniais, para fins de controle interno e instrução do balanço patrimonial do inventário completo dos bens existentes.

**Art. 102** – A alienação de bens municipais, subordinada a existência de interesse público devidamente justificado, sempre precedido de autorização legislativa, avaliação prévia e licitação, dispensada esta apenas nos casos de permuta e doação.

§ 1º - A doação de bens do Município só será admitida em caso de interesse público relevante ou para fins assistenciais.

§ 2º - Para alienação de bens moveis avaliados em até 1 (um) salário mínimo, será preferido o leilão público, divulgado no âmbito do Município.

**Art. 103** – O município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, poderá optar pela permissão ou concessão de uso dos mesmos, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, dispensada esta apenas no caso do permissionário ou concessionário for órgão do poder público, entidade filantrópica ou assistencial ou ocorrer relevante interesse público, devidamente justificado.

**Art. 104** – A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

**Art. 105** – É proibida a doação, venda ou permissão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou lagos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas ou refrigerantes.

**Art. 106** – A concessão de uso de bem imóvel do Município:

a) depende de lei autorizativa e concorrência;

b) será feita mediante contrato regido pelas regras de direito público;

c) terá prazo determinado, conforme o interesse público o exigir.

**Art. 108** – Nenhum obra ou serviço de engenharia do Município, salvo o caso de urgência, poderá ter início sem prévio planejamento, do qual conste, obrigatoriamente:

I – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II – projeto básico e previsão dos recursos orçamentários e financeiros;

III – cronograma físico, com respectiva justificação.

§ 1º - As obras serão executadas pela prefeitura e órgãos autônomos municipais, em regime de administração direta ou empreitada, observados os requisitos legais.

§ 2º - É permitido a realização de obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consorcio, com outros Municípios.

**Art. 109** – A permissão ou autorização de serviço público municipal, sempre a título precário, será outorgado por decreto do Prefeito, mediante previa autorização legislativa (art.22, VIII) e seleção por edital de chamamento dos interessados, dentre os proponentes que melhor atenda o interesse público, sob todas as condições.

§ 1º - A permissão ou autorização, em nenhum caso importa em privilegio na prestação do serviço que, em igualdade de condições, poderá ao mesmo tempo permitido ou autorizado a terceiros.

§ 2º - As tarifas ou preços para a prestação dos serviços serão fixados por ato do Executivo, tende-se em vista a justa remuneração.

§ 3º - O município poderá retornar, sem indenização, os serviços permitidos ou autorizados, por insuficiência do atendimento ou por execução em desconformidade com as regras públicas pertinentes.

**Art. 110** – A concessão de uso ou do serviço público municipal:

I – dependerá de autorização legislativa (art. 22, VIII);

II – salvo se a outorga for pessoa jurídica de direito público, será imprescindível de concorrência amplamente divulgada pelos meios publicitários locais e mediante publicação do aviso resumido do edital em órgão da imprensa oficial e jornal diário da Capital.

III – far-se-á por contrato solene, pelo qual se estipula o objeto, os requisitos, as condições, o limite de prazo fixado em lei, as obrigações do concessionário, a tarifa

inicial e sua revisão periódica, para assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**Art. 111** – É nula de pleno direito a permissão ou concessão outorgada com desobediência as regras deste CAPÍTULO.

## CAPÍTULO V Da Administração Tributária e Financeira

### SECÇÃO I Dos Tributos Municipais

**Art. 112** – Compete ao Município instituir e arrecadar impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão “*inter vivos*”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar;

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transação de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da Situação do bem.

§ 3º - Em relação ao imposto previsto no inciso III, cabe à lei complementar:

I – fixar as suas alíquotas máximas;

II – excluir de sua incidência exportações de serviços para o exterior.

**Art. 113** – As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetivas ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pelo município.

Parágrafo único: As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

**Art. 114** – A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite o acréscimo de valor que da obra resulta para cada imóvel beneficiado.

**Art. 115** - Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultada à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

## SECÇÃO II

### Das limitações do Poder de Tributar

**Art. 116** – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao município:

I – exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuinte que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

IV – outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

V – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

VI – utilizar tributos, com efeito, de confisco;

VII – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;



d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

### SECÇÃO III Do Orçamento

**Art. 117** – A elaboração e execução do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, obedecerá as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiros e os preceitos desta Lei Orgânica.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 2º - O Município divulgará, até o último dia no mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos.

**Art. 118** – O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado em lei complementar, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

**Art. 119** – A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito de voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem com os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

**Art. 120** – O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização pela abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

**Art. 121** – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, à qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos plurianuais e exercer acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara;

§ 1º - As emendas serão apresentadas na comissão, que sobre elas emitirá parecer, e serão apreciadas, na forma regimental, pelo plenário.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei orçamentário anual ou aos projetos que o modifique somente podem ser aprovados caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessário, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que indicam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviços de dívida;
- c) transferência tributaria constitucionais para o município; ou

III – sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros e omissões;
- b) os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentais e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal à Câmara Municipal, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, da Constituição Federal.

**Art. 122** – Se a Câmara, não devolver no prazo consignado na lei complementar federal, o autógrafo da lei orçamentária à sanção, será o projeto original do Executivo promulgado pelo Prefeito.

§ 1º - Sendo o mesmo rejeitado pela Câmara, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, mediante atualização de seus valores.

§ 2º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 3º - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta secção, as demais regras do processo legislativo.

**Art. 123** – Os projetos, programas e serviços, para cuja execução demandar mais de um exercício financeiro, serão incluídos no plano plurianual.

**Art. 124** – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedem os créditos orçamentários ou adicionais.

III – a realização de despesas de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvados as autorizados mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, da Constituição Federal, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação da receita, previstas no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, bem assim o disposto no § 4º deste artigo;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit da empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionadas no art. 165, § 5º, da Constituição Federal;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daqueles exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, serão as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

§ 4º - É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 157, 158 e 159, I, *a e b*, e II, da Constituição Federal, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débito para com esta.

**Art. 125** – Serão entregues à Câmara Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes ao duodécimo de suas dotações orçamentárias compreendidos os créditos suplementares e especiais.

## TÍTULO IV Da Ordem Econômica e Social

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

**Art. 126** – O Município, dentro de sua competência, organizará ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

**Art. 127** – A intervenção do Município no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e a solidariedade social.

**Art. 128** – O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, saúde e bem-estar social.

**Art. 129** – O Município manterá órgão especializado, incumbido de exercer ampla fiscalização e revisão de suas tarifas, dos serviços públicos por ele concedidos.

**Parágrafo único:** A fiscalização de que trata este artigo compreenderá o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros pelas empresas concessionárias.

**Art. 130** – O Município dispensará à microempresa e à de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-los, pela simplificação de suas atribuições administrativas, tributárias ou pela eliminação desta, por meio da lei.

### CAPÍTULO II Da Saúde e da Assistência Social

#### SECÇÃO I Da Saúde

**Art. 131** – O Município integra, com a União e o Estado, com recurso da seguridade social, o Sistema Único de Saúde – SUS – cujas ações e serviços públicos na sua circunscrição territorial são por ele dirigidos.

§ 1º - A definição da política de saúde no Município será proposta e desenvolvida por uma comissão municipal interinstitucional, envolvendo representantes da comunidade, de organismos federal, estadual e municipal, de áreas de saúde, que assegurará:

I – acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde;

II – execução das ações de vigilância sanitária epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III – prestação permanente de socorros de urgência a doentes e acidentados, quando não existir possibilidade de atendimento na sede municipal, promovendo a remoção para centros mais adiantados;

IV – fiscalizar e a inspeção de alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para o consumo humano;

V – participação no controle e fiscalização de produção, transporte, utilização e guarda de substância e produtos psicoativos, tóxicos e radiativos;

VI – participação do Município na formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

§ 2º - A participação popular na comissão municipal interinstitucional de saúde será gratuita e considerada serviço social relevante.

**Art. 132** – A programação dos serviços de saúde deverá priorizar o menor, a gestante e nutrízes e o idoso, promovendo, além da assistência médico-odontológica, a incrementação dos sistemas de água tratada, fosses secas e depósitos adequados para o acondicionamento do lixo doméstico.

**Parágrafo único:** Sem prejuízo dos tratamentos curativos emergenciais terá prioridade a medicina preventiva.

## SECÇÃO II Da Assistência Social

**Art. 134** – O Município organizará e manterá um programa de assistência social, integrado aos serviços federais e estaduais congêneres, que se constituirá, basicamente:

I – proteção à maternidade, infância e velhice;

II – ajuda a carentes, às famílias numerosas e desprovidas de recursos;

III – programa de assistência ao menor;

IV – combate à mendicância e ao desemprego com o desenvolvimento de programas que visem a formação profissional e a integração ao mercado de trabalho;

V – combate à toxicomania.

**Parágrafo único:** O Município poderá firmar convênios com entidades privadas para a consecução dos objetivos do presente artigo.

## CAPÍTULO III Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto

### SECÇÃO I

## **Da Família**

**Art. 135** – O Município dispensará proteção especial à família organizada e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao seu desenvolvimento, segurança e estabilidade.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º - A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3º - Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual, dispondo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

## **SECÇÃO II Da Educação**

**Art. 136** – A educação, direto de todos e dever do Estado, do Município e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

§ 1º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideais e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino em estabelecimentos mantidos pelo poder público;

V – valorização do exercício do magistério, garantidos, na forma da lei, por planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional compatível com o piso nacional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia efetiva do padrão de qualidade, das condições de ensino, da aprendizagem e de trabalho aos profissionais de magistério por meio de fornecimento de material pedagógico básico, ampliação progressiva da permanência da educação na escola.

§ 2º - O magistério é função social relevante, gozando os que o exercem, de prerrogativas e distinções especiais que a lei estabelecerá.

§ 3º - Lei complementar disporá sobre diretrizes e bases da educação do Município, e, em especial, sobre as condições de sua organização e operacionalização, em colaboração com o Estado.

**Art. 137** – O dever do Município para com a educação será assegurada por meio de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ela não tiverem acesso da idade própria e que deverão receber tratamento especial, por meio de cursos e exames adequados ao atendimento das peculiaridades dos educandos;

II – atendimento educacional especializado aos deficientes, preferencialmente pela rede regular de ensino, garantindo-lhes recursos humanos e equipamentos públicos adequados;

III – atendimento em creche com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários;

IV – execução de programas visando proporcionar ao educando da rede municipal, com material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

V – adoção de currículos voltados para os problemas do Município, elaborados com a participação das entidades representativas;

VI – inculcar o respeito à natureza e ministrar a educação ambiental;

VII – desenvolver, nas escolas municipais, o respeito aos símbolos nacionais, estaduais e municipais.

**Art. 138** - O Município suplementará, quando necessário, o fornecimento da merenda escolar na rede municipal.

**Art. 139** – Lei complementar estabelecerá o plano municipal de educação, plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino sem discriminação de sexo em qualquer área ou setor, e à integração das ações do Poder Público que conduzam a:

I – erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental;

II – melhoria de qualidade do ensino e formação para o trabalho;

III – garantia, ao trabalhador de educação, das condições necessárias à sua qualificação, reciclagem e atualização, assegurando, inclusive, o direito de afastamento de suas atividades para estudo de interesse da política educacional municipal, sem perda salarial.

**Art. 140** – O Município desenvolverá programa educacional, com vistas à implantação da escola de tempo integral, preferencialmente, nas concentrações

populacionais de baixa renda, estruturadas para o ensino, cultura, esporte, lazer e alimentação.

**Art. 141** – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas municipais do ensino fundamental.

**Art. 142** – No prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Legislativo projeto de lei instituindo o Estatuto do Magistério Municipal, o qual estabelecerá o plano de carreira e assegurará justa remuneração.

### **SECÇÃO III**

#### **Da Cultura**

**Art. 143** – O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes e da cultura em geral, preservando sua memória observado o disposto no Constituição Federal.

§ 1º - Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 2º - À administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão de documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - Ao município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

§ 4º - Será garantido o funcionamento de bibliotecas públicas com acervo suficiente à demanda de estudiosos e educandos.

**Art. 144** – A produção artesanal do Município receberá apoio do governo municipal, tanto no aprimoramento da produção quanto na divulgação e comercialização.

### **SECÇÃO IV**

#### **Do Desporto e Lazer**

**Art. 145** – O município destinará recursos orçamentários para fomentar o esporte e lazer, como forma de promoção social.

§ 1º - A política de fomento ao desporto será definida em observância ao artigo 165 da Constituição Federal.

§ 2º - Será orientado e estimulado, por todos os meios, a educação física nas escolas públicas e nas de caráter filantrópico que recebem subvenção do Município.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Política Urbana**



**Art. 146** – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com previa e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - O Município poderá, mediante lei específica para área, incluída no plano diretor, exigir nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizando, que promova seu adequamento, sob pena, sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – imposto sobre propriedade territorial urbana progressiva no tempo;

III – desapropriação, com pagamento mediante títulos da dívida pública da emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais e sucessivas, assegurado o valor real da indenização e dos juros legais.

**Art. 147** – Não será isento de imposto predial ou territorial urbano, o imóvel destino à moradia de proprietários de poucos recursos e que não possuam outro imóvel nos termos e limites do valor que a lei determinar, entretanto, àqueles que comprovem essa condição, deverão pagar um valor menor.

**Art. 148** – Lei municipal regulará o transporte coletivo de passageiros, de modo que a população tenha facilidade de locomoção, sendo obrigatória a adoção, pelos veículos de uso coletivo, de sistema que facilite o acesso por pessoas deficientes.

## CAPÍTULO V

### Do Meio Ambiente

**Art. 149** - O Município manterá o equilíbrio ecológico de meio ambiente, assegurada:

I – adoção de medidas legais que protejam a fauna e flora e que fomentem o reflorestamento nas propriedades desmatadas;

II – reflorestamento, mediante convênio com organismo federal e estadual, das nascentes, fontes e encostas nas proximidades da sede municipal;

III – definição no perímetro urbano do Rio São Domingos e Córrego Santa Luzia, assegurando o reflorestamento de suas margens, disciplinando a pesca e proibindo a caça.

**Art. 150** – Para o cumprimento do que dispõe o art. 225, da Constituição Federal, fica instituído o CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a ser regulamentado em lei complementar, formando por representantes do Poder Público Municipal, do órgão estadual e extensão rural e da classe produtora.

**Parágrafo único:** Além das providências enumeradas no art. 225, da Constituição Federal, compete ainda ao CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

I – definir as prioridades da conservação de estradas vicinais;

II – promover o estímulo ao associativismo, especialmente o cooperativismo;

III – apoiar a comercialização e armazenamento da produção;

IV – defender os ecossistemas;

V – manter, fiscalizar e proteger os recursos hídricos;

VI – definir a política de conservação do solo no Município;

VII – aprovar ou não e fiscalizar a realização de queimadas no Município;

VIII – disciplinar a extração mineral, nas suas variadas formas, inclusive com a responsabilidade por danos provocados à natureza, mediante representação ao Órgão do Ministério Público local, a quem prestará auxílio em diligências do meio ambiente.

## CAPÍTULO VI

### Da agropecuária, Indústria e Comércio

**Art. 151** – A política agropecuária do Município tem por objetivo o pleno desenvolvimento do meio rural, nos termos dos arts. 23, inciso VIII e 187, da Constituição da República e 6º, inciso VI e 137, da Constituição Estadual.

**Art. 152** – O plano municipal de desenvolvimento interno rural, elaborado pelo Poder Executivo com a participação de produtores, órgãos de trabalhadores técnicos e do Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento – COMAB, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão da agropecuária, para cada período da administração.

**Art. 153** - O Município adotará política de fomento à indústria e ao comércio, de incentivo e apoio à sua implantação dentro do Município, por meio de planos e programas de desenvolvimento integrado, visando a qualidade de vida do Município, a preservação do meio ambiente e a busca do pleno emprego.

**Parágrafo único:** Além dos incentivos previstos nesta lei Orgânica, poderá o Município, observada a viabilidade técnica e econômica, alocar zonas industriais, mediante planos de implantação adotados pelas entidades organizadas interessadas e a Prefeitura Municipal.

## **CAPÍTULO VII**

### **Do Turismo**

**Art. 154** – O Município promoverá o turismo local, criando condições de acessibilidade ao Rio São Domingos e Córrego Santa Luzia, com infra-estrutura básica, com fator de integração regional de desenvolvimento econômico social.

## **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 1º** - Optando o Município pelo Regime Geral, para seu pessoal, adotará, quanto à previdência, direitos dos servidores e assistência dos mesmos, as normas da legislação específica.

**Parágrafo único:** Em qualquer caso, serão assegurados os direitos à isonomia salarial, a igualdade de critérios de admissão e ascensão profissional, sem distinção de sexo, idade, cor, raça, credo religioso, ideologia, estado civil e deficiência física irrelevante do cargo ou função.

**Art. 2** – É assegurado às entidades legalmente constituídas e reconhecidas, aos partidos políticos e aos órgãos de defesa do direito do usuário e do consumidor:

I – o direito de pronunciarem-se, verbalmente, com respeito e urbanidade, nas audiências públicas das comissões da Câmara, nas sessões ordinárias, em plenário, na forma estabelecidas pelo regimento interno;

II – o direito de representação denuncia ou moção de desconfiança, por escrito e assinado, contra ato ou omissão da autoridade municipal, que fira comunitário, perante a Câmara Municipal, à qual competirá apurar e aplicar a sanção prevista em lei;

III – direito de manifestação, em audiência pública, perante a comissão competente da Câmara, sobre a lei orçamentária, bem como, a participação da definição da prioridade, perante o órgão que tiver a iniciativa da elaboração, do plano diretor de desenvolvimento urbano e plano plurianual do Município.

§ 1º - Projeto de lei de iniciativa popular será votado na Câmara, no prazo máximo de 90 (noventa) dias. Esgotado este prazo sem deliberação, o projeto será incluído obrigatoriamente na ordem do dia e votado na primeira sessão que se seguir.

§ 2º - O exercício dos direitos previsto neste artigo é reservado ao representante legal da instituição ou órgão interessado, ou de seu procurador regularmente constituído, mediante solicitação ao Presidente da Casa.

§ 3º - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou a anulação de atos lesivos ao patrimônio municipal.

§ 4º - É vedada a denominação de bens e serviços públicos com o nome de pessoas vivas.

**Art. 3º** - Os cemitérios, no Município, terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, salvo os de instituições religiosas.

**Art. 4º** - Até entrar em vigor lei complementar federal, o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito e o projeto de lei orçamentária anual, serão encaminhados à Câmara até 4 (quatro) meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvidas para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

**Art. 5º** - Esta Lei Orgânica, aprovada na forma determinada pela Constituição da República e pela Constituição do Estado de Goiás, entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Aurilândia, 03 de abril de 1990

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE AURILÂNDIA, Nº 556,  
DE 03 DE ABRIL DE 1990**

## SUMÁRIO

<b>Preâmbulo .....</b>	<b>03</b>
<b>Título – Da Organização Geral do Município .....</b>	<b>04</b>
CAPÍTULO I – Da Organização Político-Administrativa .....	04
SECÇÃO I – Disposições Preliminares (arts. 1º a 3º) .....	04
SECÇÃO II – Da Divisão Administrativa do Município (arts. 4º a 8º).....	05
CAPÍTULO II – Da Competência do Município .....	06
SECÇÃO I – Da Competência Privativa (arts. 9º a 11º) .....	06
SECÇÃO II – Da Competência Comum e Suplementar (arts. 12º a 13º).....	08
<b>Título II – Da Organização dos Poderes.....</b>	<b>09</b>
CAPÍTULO I – Do Poder Legislativo .....	09
SECÇÃO I – Da Câmara Municipal (arts. 14º a 20º) .....	09
SECÇÃO II – Das Deliberações (art. 21º) .....	10
SECÇÃO III – Das Atribuições da Câmara (arts. 12º a 23º).....	11
SECÇÃO IV – Dos Vereadores (arts. 24º a 26º) .....	13
SECÇÃO V – Das Licenças (art. 27º a 28º) .....	14
SECÇÃO VI – Dos Subsídios (art. 29º).....	15
SECÇÃO VII – Do Funcionamento da Câmara.....	16
SUBSECÇÃO I – Instalação e Posse (arts. 30º a 31º).....	16
SUBSECÇÃO II – Da Eleição de Mesa (art. 32º) .....	16
SUBSECÇÃO III – Das Comissões da Câmara (arts. 33º a 39º) .....	16
SUBSECÇÃO IV – Das Atribuições da Mesa (art. 40º).....	17
SUBSECÇÃO V – Das Atribuições do Presidente (art. 41) .....	19
SECÇÃO VIII – Do Processo Legislativo (arts. 42º a 52º).....	20
SECÇÃO IX – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts. 53º a 55º).....	22
CAPÍTULO II – Do Poder Executivo .....	23
SECÇÃO I – Do Prefeito e do Vice-Prefeito (arts. 56º a 65º).....	23
SECÇÃO II – Das Atribuições do Prefeito (arts. 66º a 68º).....	25
SECÇÃO III – Da Responsabilidade do Prefeito (arts. 69º a 70º) .....	27
SECÇÃO IV – Da Perda e Extinção do Mandato (arts. 71º a 74º).....	27
SECÇÃO V – Dos Auxiliares Diretos do Prefeito (arts. 75º a 82º).....	28
SECÇÃO VI – Da Administração Pública (arts. 83º a 84º) .....	29
SECÇÃO VII – Dos Servidores Públicos (arts. 85º a 87º) .....	32
SECÇÃO VIII – Da Segurança Pública (arts. 88º a 89º).....	35
<b>Título III – Da Organização Administrativa Municipal.....</b>	<b>36</b>
CAPÍTULO I – Da Estrutura Administrativa (art. 90º) .....	36
CAPÍTULO II – Dos Atos Municipais.....	36
SECÇÃO I – Dos Atos Administrativos (art. 91º).....	36
SECÇÃO II – Do Registro e Publicidades dos Atos (arts. 92º e 94º).....	37

SECÇÃO III – Das Certidões (art. 95º) .....	38
SECÇÃO IV – Das Proibições (arts. 96º a 97º).....	38
CAPÍTULO III – Dos Bens Municipais (arts. 98º a 107º) .....	39
CAPÍTULO IV – Das Obras dos Serviços Municipais (arts. 108º a 111º).....	40
CAPÍTULO V – Da Administração Tributária e Financeira.....	41
SECÇÃO I – Dos Tributos Municipais (arts. 112º a 115º).....	41
SECÇÃO II – Das Limitações do Poder de Tributar (art. 116º).....	42
SECÇÃO III – Do Orçamento (arts. 117º a 125º) .....	43
<b>Título IV – Da Ordem Econômica e Social .....</b>	<b>46</b>
CAPÍTULO I – Disposições Gerais (Arts. 126º a 130º).....	46
CAPÍTULO II – Da Saúde e da Assistência Social .....	46
SECÇÃO I – Da Saúde (arts. 131º a 133º) .....	46
SECÇÃO II – Da Assistência Social (art. 134º) .....	47
CAPÍTULO III – Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto (art. 135º) .....	48
SECÇÃO I – Da Família (art. 135º).....	48
SECÇÃO II – Da Educação (arts. 136º a 142º).....	48
SECÇÃO III – Da Cultura (arts. 143º a 144º) .....	50
SECÇÃO IV – Do Desporto e Lazer (arts. 145º).....	50
CAPÍTULO IV – Da Política Urbana (arts. 146º a 148º) .....	50
CAPÍTULO V – Do Meio Ambiente (arts. 149º a 150º).....	51
CAPÍTULO VI – Da Agropecuária, Indústria e Comércio (arts. 151º a 153º).....	52
CAPÍTULO VII – Do Turismo (art. 154º).....	52
<b>Das Disposições Gerais e Transitórias (arts. 1º a 5º).....</b>	<b>53</b>

Aurilândia, 3 de abril de 1990

Vereadores participantes da elaboração da Lei Orgânica (Legislatura 89/92):

Célio Afonso Macedo  
Elísio Pereira da Silva  
Antônio das Graças Moraes  
Ivo Dias de Oliveira  
José da Silva Rocha Sobrinho  
Antônio D'Avila Coutinho  
Gilson Alves de Amorim  
José Teodoro Bernardes  
Ubiratan Luiz Silvestre

**Mesa Diretora**

Célio Afonso Macedo – Presidente  
Elísio Pereira da Silva – Vice-presidente  
Antônio das Graças Moraes – 1º Secretário  
Ivo Dias de Oliveira - 2º Secretário

### **Comissão Temática**

Antônio D'Avila Coutinho - Presidente  
Elísio Pereira da Silva – Vice-presidente  
Ubiratan Luiz Silvestre – Relator  
José Teodoro Bernardes – Membro  
Gilson Alves de Amorim – Membro

### **Comissão de Sistematização**

Ubiratan Luiz Silvestre – Presidente  
Antônio das Graças Moraes – Vice-presidente  
Célio Afonso Macedo – Relator  
Antônio D'Avila Coutinho – Membro  
Gilson Alves de Amorim – Membro

### **Emenda de Revisão Geral da Lei Orgânica Municipal de Aurilândia, Aprovado em 11/09/2001**

### **Vereadores participantes da elaboração da Lei Orgânica (Legislatura 89/92):**

Benedito Laureano Pinhero  
José Alves Neto  
José Maciel de Sousa  
Juvenal Honório da Paz  
Juliane Caetano Linhares  
Maria Isabel Quintiliano  
Marinho Moreira de Araújo  
Marli de Fátima  
Waldemar Alves Chaveiro

### **Mesa Diretora (Período 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001)**

Benedito Laureano Pinhero – Presidente  
José Maciel de Sousa – Vice-presidente  
Maria Isabel Quintiliano – 1ª Secretaria  
Juvenal Honório da Paz – 2º Secretário